

Ambiente institucional e a estrutura de mercado como determinantes do desempenho econômico

Artigo Completo

Airton Pinto de Moura (UEMS) atendimento@professorairton.com.br

Adriana Kirchof de Brum (UFGD) adrianabrum@ufgd.edu.br

Resumo:

O ambiente institucional e a estrutura de mercado exercem fundamental papel sobre o processo inovativo e desempenho econômico sobre a atividade produtiva. Neste sentido, o desenvolvimento de novos produtos possibilita a disputa e a conquista de novos mercados, acentuando o lugar cada vez mais importante que ocupa a capacitação para inovação industrial. É necessária uma alocação crescente de recursos públicos e privados para esse campo que envolve atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, qualificação das condições de trabalho e articulação entre outros setores como instrumento dinamizador da economia. Nessas condições, o presente artigo tem por objetivo realizar uma explanação teórica que norteia o estudo da configuração institucional e da forma de organização dos agentes no mercado, bem como, sua influência sobre o desempenho econômico a partir discussão da influência do ambiente institucional sobre a competitividade, da regulação e as fontes de crescimento econômico e a inovação tecnológica.

Palavras-chave: Instituições. Estrutura de mercado. Desempenho econômico.

1 INTRODUÇÃO

O cenário mundial tem vivenciado significativas transformações desde a década de 1980 envolvendo aspectos e dimensões políticas, produtivas, tecnológicas, organizacionais, informacionais, institucionais, etc. e que se relacionam de maneira dinâmica, além de, uma aceleração dos processos de liberalização econômica e avanço tecnológico os quais acarretaram elevados graus de competição.

Por outro lado, o desenvolvimento de novos produtos possibilita a disputa e a conquista de novos mercados, acentuando o lugar cada vez mais importante que ocupa a capacitação para inovação industrial. É necessária uma alocação crescente de recursos públicos e privados para esse campo que envolve atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos, qualificação das condições de trabalho e articulação entre outros setores como instrumento dinamizador da economia. Essa interação de diferentes áreas do saber, de métodos e alvos constitui alguns dos aspectos fundamentais para a elaboração de políticas específicas, com pretensões de gerar avanços tecnológicos e incrementar a participação sobre o comércio exterior.

Em relação ao conjunto mais amplo dessas transformações, deve-se levar em consideração dois fatores relevantes. Em primeiro lugar, sua participação no processo de desenvolvimento econômico em decorrência do acirramento da competição, a emergência do paradigma das tecnologias de informação e da aceleração do processo de globalização. Em segundo lugar, o reflexo de tais mudanças na formulação de políticas para o desenvolvimento

industrial e inovativo, assim como, estão sendo revistas as próprias concepções de Estado-nação e formas de intervenção.

Ressalte-se nesse sentido o fato de que em um contexto de incerteza e heterogeneidade a forma como se configuram as instituições em um território representam aspectos cruciais do seu desenvolvimento, influenciando o tipo de tecnologia a ser utilizado, as políticas de investimento, os setores “puxadores” do crescimento, a forma de utilização dos recursos humanos ou do capital físico, das riquezas naturais, entre outros.

A análise do efeito das instituições sobre o desempenho econômico vem ganhando destaque cada vez maior nos estudos de economia e ciência política desde as contribuições de List feitas em 1841. O postulado básico de que “as instituições importam” traz à tona a discussão de uma série de questões que auxiliam a explicar porque determinadas economias crescem mais em relação a outras, ou mais especificamente, em termos de abrangência setorial, quais as vantagens e desvantagens competitivas decorrentes de uma configuração produtiva perante as potencialidades do mercado.

Sob o aspecto metodológico, o presente trabalho é basicamente balizado em uma pesquisa bibliográfica onde serão abordados os principais elementos teóricos que regem as variáveis envolvidas no trabalho.

Tendo em vista os aspectos envolvidos na análise teórica que norteia o estudo da configuração institucional e da forma de organização dos agentes no mercado, bem como, sua influência sobre o desempenho econômico que o presente trabalho encontra-se assim estruturado: na seção 2 economia institucional e competitividade; na seção 3 regulação e as fontes de crescimento; no item 4 inovação tecnológica e dinamismo produtivo; na seção 5 oligopólio e o processo inovativo e, por fim na seção 6 as considerações finais.

2 ECONOMIA INSTITUCIONAL E COMPETITIVIDADE

A análise do efeito das instituições sobre o desempenho econômico dos países tem ganhando destaque nos estudos de economia realizados no Brasil nos últimos anos. Sob o ponto de vista institucionalista, o desempenho econômico surge como consequência de uma determinada configuração institucional, em que o aspecto histórico é relevante, uma vez que esse reflete, direta ou indiretamente, o tipo de postura a ser tomada pelos agentes nas esferas econômica, política, social e inovativa.

Pelo enfoque evolucionista, a dinâmica econômica e a mudança técnica desempenham papel fundamental. Sob a lógica da incerteza, as instituições são consideradas frutos da experiência e instrumento de mudança, devendo ser adaptadas conforme as circunstâncias e as expectativas individuais que levam as pessoas a acreditarem na possibilidade de melhor organizar algum aspecto das suas vidas.

As instituições e o meio institucional exercem efeito decisivo sobre esse processo (crescimento econômico), induzindo inovações tecnológicas, mudanças na organização das firmas, gestão no processo de trabalho e coordenação de políticas macroeconômicas. As instituições são como engrenagens ou articulações do processo de crescimento econômico, que tem lugar em determinado momento de tempo e espaço (Conceição 2002 p. 2).

Neste aspecto, as instituições são dotadas de competências específicas, incorporadas em certas rotinas organizacionais, as quais evoluem em função de mudanças adaptativas realizadas mediante alterações das condições ambientais, bem como, por resultado dos processos internos de aprendizado ao longo do tempo. De influência neo-schumpeteriana, esta vertente considera os processos de integração, colaboração e aprendizado que ocorrem no âmbito intra e interinstitucional importantes instrumentos de reforço ao desenvolvimento da capacitação e da “competitividade dinâmica”.

Além disso, a inovação institucional possui papel semelhante ao de inovações tecnológicas, uma vez que pode ser introduzida por agentes individuais no interior das organizações, como por exemplo, através da introdução de novos tipos de contrato, de novos tipos de serviço, de novos tipos de organizações ou estabelecimento de novos tipos de transações.

No entanto, a dificuldade em definir e caracterizar o ambiente institucional traz implicações sobre o tipo de política que será desenvolvida. Para Myrdal (1987), o problema em descobrir o campo de interesses econômicos e a viabilização das respectivas políticas, é tolhido quando levado em consideração a possibilidade da ocorrência de modificações institucionais. O fato de o ambiente institucional não ser determinado e sim mutável, sob várias direções e graus, representa o principal obstáculo nesse tipo de abordagem.

Todos os fatores institucionais que determinam a estrutura do mercado, e de fato todo o sistema econômico, inclusive sua legislação tributária e social, podem ser mudados, se os interessados na alteração possuírem bastante poder político. Constelações de interesses muito diferentes seriam relevantes nesse ambiente mais amplo. Além disso, a situação parecerá diferente se examinamos as considerações a curto ou a longo prazo (Myrdal, 1987: 163).

Nesse sentido, observa-se a Teoria da Regulação a partir da qual ganhou destaque as ideias de vários autores. De um modo geral, tais objeções pressupõem que as estruturas sociais não são capazes de gerarem automaticamente as condições necessárias a sua própria reprodução, assim como, as reproduções das estruturas econômicas, consideram a acumulação de capital um processo conflituoso. Tal fato implica a necessidade de regulação das estruturas econômicas e sociais para neutralizar as tendências à crise e promover um período de crescimento.

Por outro lado, devido ao caráter parcial e provisório da regulação, o processo de acumulação encontra-se passível de instabilidades, crises e transformações. À medida que ocorre a transformação das estruturas voltadas à superação das estruturas atuais, novas fases de acumulação são definidas. A essa sequência histórica de crises e transformações do capitalismo com mudanças qualitativas na dinâmica de acumulação, e principalmente das relações sociais, que as análises da Teoria da Regulação procuram explicar.

3 REGULAÇÃO E AS FONTES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Por assim dizer, a abordagem da regulação surgiu da construção de um referencial teórico voltado à análise do desenvolvimento capitalista contemporâneo cujas bases teóricas encontram-se na atualização do instrumental clássico marxista, no que se refere aos conceitos de relações de produção e forças produtivas, da teoria do valor e suas leis tendenciais do modo de produção capitalista. Sendo assim, a análise do desenvolvimento capitalista

consolida-se através da proposição de dois conceitos fundamentais – regime de acumulação e modo de regulação – bem como sua recorrência cíclica entre fases de crescimento e de crise.

Esses dois conceitos servem para representar a articulação entre a estrutura produtiva – concebida através do regime de acumulação – e o conjunto de instituições econômicas, sociais e políticas que agem para lhe dar estabilidade, representando o modo de regulação. Segundo Faria (1997), a regulação desenvolveu essa tese para dar conta do estado de relativa estabilidade em que muitas vezes se encontram as economias sujeitas ao que Marx qualificou de anarquia do mercado. Nessas circunstâncias, a continuidade da existência de uma estrutura econômica só seria possível através da existência de um conjunto de normas e procedimentos regulatórios capazes de condicionar o comportamento dos agentes econômicos – trabalhadores, empresários, consumidores, administradores públicos, etc – que interagem de forma sistêmica.

Sob o ponto de vista metodológico, essa Escola encontra-se regida por três princípios fundamentais. O primeiro princípio considera que antagonismos sociais que evoluem para formas de movimento, durante tempos, representam fortes polarizações de conflitos. O segundo princípio da análise regulacionista advém da lógica ambivalente oriunda da interação entre economia e política, e sobre a qual as instituições sociais desempenham importante papel como articuladoras. O terceiro princípio diz respeito à relação Estado-economia que enuncia o Estado como um produto dos conflitos inerentes às separações sociais, sobre a qual a regulação é aberta e inacabada em função de as relações sociais privadas estarem constantemente se modificando e adaptando-se às instituições sociais vigentes em determinado local.

Os três pontos referidos revelam, sinteticamente, o papel das instituições no contexto teórico dos regulacionistas. Para estes, as instituições desenvolvem-se em um ambiente conflituoso e visam normalizar, rotinizar ou estabelecer parâmetros de convenção entre agentes diferentes e separados socialmente, de forma a permitir a regulação mais ou menos estável e duradoura do capitalismo (CONCEIÇÃO, 2002, p. 127).

Tomando como base as reflexões acerca do papel que as instituições exercem na regulação do sistema, pode-se sintetizar como ideias mais importantes os seguintes pontos: 1) o conflito é irreduzível, uma vez que é inerente ao desenvolvimento da sociedade; 2) a instabilidade econômica desencadeia mecanismos de defesa e, conseqüentemente, o surgimento de estruturas desordenadas que tendem a imobilizar situações adquiridas e a paralisar as iniciativas voltadas ao desenvolvimento da produtividade social; 3) o funcionamento das instituições sociais exprime uma mediação e não uma supressão dos conflitos; e 4) deve-se ter em mente que as instituições sociais são transformadas pelas lutas de classes e que o movimento de socialização não pode ser apreendido senão através delas. Tais elementos permitem concluir, que sob a ótica regulacionista, as instituições constituem-se em inovações sociais, que se adaptam e interferem na coordenação do sistema por meio das noções de regime de acumulação, modo de regulação e formas institucionais de estrutura. Sob tal perspectiva, fica estabelecido que propor saídas para possíveis crises depende antes de tudo de compreender problemas de política econômica resultantes da atuação de um conjunto de formas institucionais vigentes.

Desde o seu surgimento, em meados da década de 1970, a Teoria da Regulação (TR) tem contribuído para o estudo do desenvolvimento das formações econômicas capitalistas no longo prazo. Esses estudos têm produzido explicações das transformações por que passam, ao

longo do tempo, os sistemas econômicos nacionais, através de sucessivas etapas de crise e crescimento, tanto em países desenvolvidos da Europa e da América do Norte, como nas economias periféricas da América Latina, da África e da Ásia.

A regulação representa a noção fundamentadora da escola e foi construída a partir do estabelecimento de uma diferença radical em relação ao conceito de equilíbrio da teoria econômica do *mainstream*, considerado pelos regulacionistas as condições em torno das quais tendem a configurar as crises dos sistemas econômicos e, conseqüentemente, a interpelação institucional.

Entre as instituições consideradas responsáveis pela regulação dos sistemas econômicos, destacam-se as seguintes formas institucionais: a relação salarial, a moeda, a concorrência, o Estado, a inserção internacional, e a tecnologia, também tratada pelos evolucionistas como uma instituição (DOSI, 1982). No entanto, além do papel desempenhado pelas instituições no modo de regulação, é necessário pressupor os efeitos que dado regime de acumulação de capital produz acerca da trajetória de crescimento econômico sobre determinado modo de desenvolvimento.

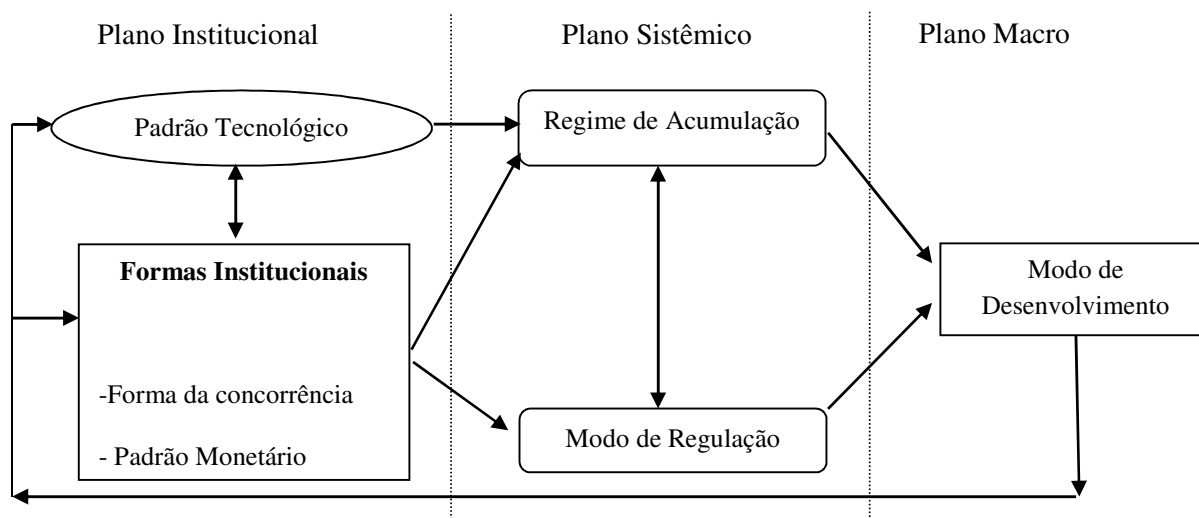


Figura 1 - Interação dos principais conceitos da abordagem da regulação

Fonte: FARIA, 1997, p.192.

As três divisões verticais da Figura 1 representam as etapas percorridas no processo de constituição e desenvolvimento dos sistemas econômicos capitalistas, correspondentes aos diferentes planos em que se formam as determinações de suas trajetórias. Na primeira divisão, aparece o “Plano Institucional”, no qual se encontram as instituições que fazem parte do cotidiano dos agentes socioeconômicos, dirigindo e condicionando seu comportamento. Segundo o autor, a elipse corresponde a uma instituição da base material da sociedade, resultante do desenvolvimento técnico e científico e de sua aplicação ao modo de vida e de subsistência, a qual influencia e é influenciada (flecha de duas pontas) pelas formas institucionais construídas a partir das lutas e movimentos sociopolíticos, bem como dos interesses deles emergentes – inscritas no quadrilátero – e que abrangem as áreas fundamentais da vida econômica da sociedade: a concorrência, a partir das formas de propriedade e de inter-relação entre as unidades autônomas de capital; o padrão monetário, a partir da adoção de uma sistemática de política monetária e de relação entre o Estado e o

mundo das finanças; a relação salarial, pela fixação de normas regulamentadoras do mercado de trabalho e da sistemática de contratação da mão-de-obra; o tipo de Estado, pelo estabelecimento de certo padrão de política econômica e de relação entre regulação pelo mercado e regulação estatal; e o regime internacional, pela negociação diplomática e por outras formas de solução dos conflitos entre as nações.

Através dessas instâncias, verifica-se uma relação de causalidade (flecha unidirecional) com as estruturas da segunda divisão da figura correspondente a um nível de abstração e agregação maior. Tanto o padrão tecnológico quanto as formas institucionais moldam os contornos do regime de acumulação, o qual corresponde a uma determinada compatibilização entre estrutura da oferta (as seções produtivas), repartição da renda (lucros, impostos, juros e salários) e composição da demanda (salários e bens de consumo versus lucros e bens de produção). De forma análoga, a constituição pelas formas institucionais de uma trama articulada de mecanismos estabilizadores dá origem ao modo de regulação que se vai articular com o regime de acumulação para garantir o desenvolvimento de longo prazo do sistema. Novamente, uma flecha de duas pontas define a relação entre essas duas estruturas, em que as transformações de uma repercutem e influenciam a forma da outra.

Por fim, na terceira seção, o plano macro ou histórico desdobra-se na combinação entre um regime de acumulação e um modo de regulação, decorrente do qual emergirá um modo de desenvolvimento (ou regime de crescimento). Esse conceito corresponde a um determinado estágio na história de um sistema econômico, um período de estabilidade do processo de acumulação de capital, proporcionado pela compatibilidade entre suas determinações micro e suas propriedades macro. Tendo em vista que a evolução dos sistemas econômicos é *path dependent*, uma flecha de determinação vai relacionar por causalidade o modo de desenvolvimento com os fundamentos da tecnologia e das formas institucionais, pois sua evolução é condicionada pelos fenômenos que só se manifestam no nível agregado.

Pode-se dizer que a Escola da Regulação vem tentando, praticamente desde sua origem, elaborar modelos capazes de teorizar a interação entre essas dimensões e sua relação com o desenvolvimento. Desde o aparecimento do sistema fordista, considerado o epicentro conceitual e analítico dos regulacionistas e a constituição de um regime de crescimento específico, no qual a mudança tecnológica intensiva e novas formas de organização social permitiram maior complementaridade entre produção de massa e consumo, modernização e intensificação do capital, que a produtividade tem desempenhado papel fundamental nos modelos de análise do crescimento em decorrência de três fatores (CONCEIÇÃO, 2002): a intensidade de inovação – medida em despesa em P&D, número de patentes, ou orientação do progresso técnico em direção à produção de equipamento poupador de mão de obra. Esse item representa o componente *schumpeteriano* da explicação da produtividade; a profundidade do capital – é expressa pela relação investimento/produto e posterior restauração do capital em novos surtos ou safras; e, através da relação entre crescimento da produtividade e produção via dinâmica dos retornos crescentes de escala. Nesse caso, a inter-relação entre essas duas variáveis pode estar associada aos efeitos do *learning-by-doing*, das propriedades de longo prazo ligadas à divisão do trabalho, produtividade ou tamanho do mercado.

Por assim dizer, tal modelo repousa na interação entre o regime tecnológico e a estrutura institucional e possui três variáveis como determinantes do comportamento da produtividade – investimento, lucro e inovação. A primeira, o investimento resulta dos efeitos dinâmicos de três outros componentes. O primeiro é o consumo doméstico, conforme o tradicional efeito acelerador keynesiano. O segundo, herdeiro da tradição clássica, é a margem de lucro, que exerce efeitos diferenciadores nos regimes de acumulação. Ambos constituem a

“explicação contemporânea” do investimento. O terceiro segue a tradição *schumpeteriana*, conferindo à inovação técnica papel decisivo no comportamento do investimento, desencadeando efeitos induzidos em novos produtos e processos no âmbito das firmas.

Verifica-se nesse modelo que não apenas contemplam-se aspectos restritos à tecnologia, como também se considera que a demanda e a distribuição de renda representam elementos igualmente importantes. A combinação desses fatores delinea uma série de configurações, que são compatíveis com a multiplicidade de regimes de acumulação e formas de regulação, cujas diversidades e mediação são dadas por distintos arranjos institucionais das formas sociais orientadas sob dois aspectos.

Primeiro, as relações sociais em formas institucionais têm um comportamento seletivo e estratégico que define o papel e direção das estruturas. Isto significa que as estruturas têm uma lógica de atuação, uma dinâmica própria e uma autonomia na determinação de algumas variáveis. Este comportamento pode ser expresso na forma de leis e regulamentos, compromissos, consensos, práticas sociais regulares e um sistema de valores e representações estáveis. Segundo, as estruturas são interdependentes sobre determinação de outras estruturas, como no caso do regime de acumulação e no desenvolvimento de uma formação social. Por isso que o regime de acumulação e modo de regulação deve ser vistos como um conjunto de estruturas e não simplesmente uma estrutura puramente econômica com sua autonomia, dinâmica e *trade-offs* restritos a um número limitado de variáveis (ARIENTI, 2006, p.49).

Desse modo, pode-se afirmar que a perspectiva da regulação não concebe uma “teoria das instituições”, mas orienta sua análise para o estudo das transformações no processo de acumulação e regulação, os quais irão repercutir sobre a organização das formas institucionais, e, conseqüentemente, das estruturas sociais do regime em vigor.

4 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DINAMISMO PRODUTIVO

De acordo com as idéias schumpeterianas, as inovações endógenas representam elemento de fundamental importância para a evolução capitalista. Segundo essa visão, o progresso técnico surge como um fator configurador da indústria através da função de elemento orientador das estratégias competitivas na busca de maiores lucros. A aplicação da ciência à produção representaria um mecanismo de retroalimentação positiva entre ciência e produção cujas inovações seriam introduzidas pelas firmas associadas à geração de oportunidades e selecionadas pelo mercado. O processo de destruição criativa é o fato essencial acerca do capitalismo, é nisso que consiste o capitalismo e é aí que têm de viverem todas as empresas capitalistas.

Dosi (1982) propõe uma abordagem mais ampla para o estudo da mudança tecnológica, incluindo assim, em sua definição, a importância do conhecimento para a busca de respostas a problemas identificados pelos agentes. Ao aproximar-se do conceito de paradigma científico proposto por Kuhn o autor considera a existência de paradigmas tecnológicos “... como um modelo e um desenho de soluções de problemas tecnológicos selecionados baseados em princípios selecionados derivados das ciências naturais e de material tecnológicos selecionado.”(DOSI, 1982, p. 152)

Dentro de um paradigma científico define-se uma área de investigação promissora, com várias possibilidades determinantes de novos conhecimentos inseridas dentro de um paradigma. Sendo assim a direção do progresso tecnológico se dá conforme a solução dos

paradigmas definidos dentro das oportunidades oferecidas pelo paradigma que delineiam a trajetória tecnológica.

Por outro lado, o conhecimento que se desenvolve no interior de um paradigma tecnológico envolve um conjunto de experiências do passado e habilidades desenvolvidas sucessivamente através dos processos de busca de soluções que os agentes vivenciam no decorrer de suas atividades, fato que acaba implicando em certa flexibilidade do conceito de paradigma tecnológico.

Alguns fatores atuam *ex ante* no processo de seleção de soluções tecnológicas, embora não se possa determinar efetivamente seus resultados a priori. Neste caso, fatores institucionais, econômicos e sociais, desempenham papel fundamental sobre a orientação na direção da atividade tecnológica, atuando como mecanismos de seleção de esforços e soluções mais eficazes em relação à praticidade, aplicação comercial e lucratividade. Obviamente é difícil prever os resultados associados a uma nova tecnologia antes de esta ser aplicada, em função do grau de incerteza associado ao processo. Outras variáveis afetam a direção do desenvolvimento tecnológico, tais como os objetivos de P&D estabelecidos em empresas, laboratórios etc; a trajetória histórica de acúmulo de experiências e conhecimentos em tecnologia e aspectos intrínsecos aos tipos de instituições públicas, privadas, entre outras. Neste ínterim, enfatiza-se a dificuldade de selecionar uma direção tecnológica e ser seguida antes mesmo de sua experimentação, ou seja, antes da interação do conjunto de variáveis apontadas anteriormente.

Embora o autor considere que o poder público e forças institucionais desempenhem relevante função sobre o processo de seleção de rotinas tecnológicas, acredita-se que ao mercado caberá a função de selecionar as melhores práticas de forma análoga à seleção natural na biologia.

Nelson (2002) analisa o avanço técnico como:

[...] um processo evolucionário no qual alternativas tecnológicas novas competem entre si e com as práticas prevalecentes, com a seleção *ex post* que determina os vencedores e perdedores, normalmente com considerável incerteza *ex ante* de quem será o vencedor (NELSON, 2002, p.50).

Desse modo, dentro dos elementos de incerteza na evolução tecnológica há uma forte seleção sistemática provida do ambiente do mercado, o que provoca a focalização das alternativas tecnológicas em determinada direção.

Nesse contexto as instituições tornam-se elementos fundamentais para a redução da incerteza e fonte de geração de vantagens competitivas. Há uma forte relação entre a indústria, a tecnologia e as características do ambiente institucional, o qual, esse último, por um lado, tende a se adaptar e mudar em resposta aos movimentos do desenvolvimento industrial e, por outro lado, também pode provocar mudanças na estrutura industrial. Muito mais do que simples processos de mercado, a dinâmica tecnológica envolve as mais diversas ações coletivas entre os atores, seja através das associações, organizações voluntárias, agências de governo, ações políticas entre outras. O importante a ser destacado é que os agentes reconhecem que há a necessidade das instituições para organizar interesses coletivos.

Em sua análise sobre sistemas de inovação, Breschi e Malerba (1997) identificam o conceito de sistemas nacionais de inovação como um elemento fundamental para o estímulo e desempenho da atividade inovativa dentro das fronteiras de uma nação. Este sistema é

constituído por uma série de atores e interligações que afetam decididamente o processo de inovação. As características sócio-culturais comuns entre os agentes que compõem as firmas, instituições, centros de pesquisa, universidades etc., desempenham uma das principais motivações para a atividade inovativa e difusão de tecnologias. Estas características podem ser ainda mais intensas quando consideradas regiões específicas, sendo então comumente utilizado o conceito de sistema local de inovação.

“Os sistemas locais de inovação podem ser tratados, desta forma, como uma rede de instituições dos setores público e privado cujas atividades e interações geram, adotam, importam, modificam e difundem novas tecnologias, sendo a inovação e o aprendizado seus aspectos cruciais” (Lemos 2003, p.73).

Sendo a atividade inovativa uma prática constante em diversos setores industriais, a maneira como se comportam suas propriedades de inovar em determinada indústria é conhecida como regime tecnológico. O regime tecnológico pode ser definido em combinações de oportunidade e apropriabilidade, cumulatividade do conhecimento tecnológico e natureza do conhecimento base (Lundvall, 1992). As condições de *oportunidade* estão ligadas à tecnologia e ao capital disponível. A relação entre essas duas variáveis representa o leque de oportunidades que se abre através de determinado volume de recursos investidos na busca inovativa. As condições de *apropriabilidade* reflete a preocupação de proteger os novos produtos e processos da imitação, como forma de garantir os lucros. Quanto à *cumulatividade*, significa que a inovação depende do conhecimento acumulado nos períodos anteriores, ou seja, a organização procura mostrar como foi seu desempenho no passado e também o caminho a ser seguido no futuro, sempre melhorando, gradualmente, através do tempo. E, por fim, as características da *base de conhecimento* que representam as propriedades do conhecimento sobre as quais as atividades inovativas das empresas estão baseadas. Esta propriedade reflete a natureza do conhecimento tecnológico inovador, quais são suas fontes de informação, de que modo essa informação está acessível, quais os meios de transmissão de conhecimento, se existe necessidade de treinamento específico, entre outras variantes.

Lundvall (1993) destaca as condições técnicas de produção como fator de compreensão das diferentes formas de arranjos organizacionais. A ênfase do autor recai sobre a crescente importância das atividades inovativas na indústria atual e na necessidade de cooperação entre os produtores e usuários para melhor realizarem suas atividades. Segundo ele, somente o processo de aprendizagem interativa permitiria aumentar a capacidade de inovação do produtor e a competência do usuário, reduzindo-se as assimetrias de mercado.

Outro aspecto relevante considerado na análise de Lundvall *et al* (2001) decorre do papel que exerce o arcabouço institucional sobre o comportamento da conduta e performance dos agentes inseridos no sistema como um todo. Ou seja, além das características relacionadas à integração tecnológica, destaca também a importância da dimensão política sobre a definição das regras de coordenação, das necessidades e dos direitos de propriedade.

Verifica-se que as estruturas institucionais dão forma e canalizam os processos inovativos na criação de trajetórias tecnológicas específicas. A relação entre uma “estrutura institucional particular” e as “trajetórias de desenvolvimento tecnológico” é intermediada pela formação de uma lógica de mercado, que, oriunda da primeira, orienta e dirige a trajetória de crescimento. Os arranjos institucionais historicamente enraizados canalizam e dirigem as apostas tecnológicas e seu sucesso através da contribuição das instituições nacionais para a

criação de trajetórias nacionais. Como elas selecionam o caráter de tais apostas, é também parte da forma específica da trajetória nacional.

Logo, o processo de crescimento não pode ser compreendido sem a incorporação do processo tecnológico e institucional a ele subjacente, pois as estruturas institucionais, que implicam diferentes padrões de custo e de prêmios, definem distintas lógicas de mercado nacional e estratégias das firmas, que constituem a base do crescimento. Esse crescimento dá-se dentro de uma estrutura nacional de incentivos e restrições, que cria distintos mercados de produto nacional e estratégias de inovação (Conceição, 2002, p.81).

Sob essa ótica as instituições são vistas como reflexos de possibilidades, interesses e ações de múltiplos atores cujo interesse econômico pode ser compreendido por meio de operações das estruturas que garantam a máxima eficiência através da adoção práticas políticas definidoras do comportamento da economia.

Considerando que sucessivas ondas de desenvolvimento, através da introdução de inovações radicais foram responsável por importantes transformações estruturais da economia e da sociedade, alterando padrões de consumo e produção, geração e distribuição de renda, bem como formas de gestão do processo produtivo, não se deve deixar de lado o fato de que a estrutura institucional fundada nas políticas originais de industrialização e modernização é que criam as opções que delimitam soluções dentro da sociedade.

Países que obtiveram rápidos índices de crescimento inspirados em estratégias de *catching up* foram aqueles que adotaram estratégias associadas à eficácia de políticas voltadas não somente à dinâmica tecnológica, como industrial e de comércio exterior. No outro extremo, os países menos desenvolvidos, são apontados como exemplos de políticas intervencionistas de reduzida eficácia, baseadas em elevadas barreiras tarifárias e subsídios aos produtores locais, reduzindo a competitividade da indústria local (ARBIX; MENDONÇA, 2005).

5 OLIGOPÓLIO E O PROCESSO INOVATIVO

As relações mantidas no interior das organizações industriais repercutem sobre o aparecimento de vantagens através da formulação de estratégias competitivas em comum, do aprendizado mútuo, da cooperação entre os agentes locais, da redução dos custos de produção e de transação, da criação de sinergias, entre outros aspectos.

Dependendo da natureza das relações firmadas em um tipo de estrutura é possível identificar a presença de um elevado grau de compatibilidade e complementaridade técnica entre os agentes; de integração entre as atividades produtivas ao nível dessa estrutura bem como a geração de outros tipos de ganhos relacionados ao progresso técnico e a consolidação de uma infraestrutura particular.

Segundo Labini (1984), a utilização dos fatores produtivos utilizados diretamente pelos agentes econômicos de forma a garantir o uso eficiente dos recursos, e conseqüente maximização dos recursos econômicos, ocorre somente no modelo de concorrência perfeita aos moldes da concepção neoclássica. Conforme salienta o autor tal modelo é balizado por hipóteses comportamentais dos agentes e também por uma rígida estrutura de mercado, onde

agente algum, isoladamente, possui poder suficiente para exercer influência preponderante sobre o resultado final.

Sendo assim o autor considera que as estruturas de mercado podem ser modificadas levando-se em consideração a tomada de decisões pelos agentes de forma isolada. Em sua crítica à configuração de estruturas de mercado pré-definidas, Labini salienta:

Nesse sentido, a análise é essencialmente estática, as relações funcionais analisadas não podem mudar as formas de mercado. Esse princípio elimina da análise todas as ações dos agentes que possam modificar a estrutura, não somente tomando-as como entidades estanques, sem possibilidade de uma ligação analítica entre elas e o comportamento dos agentes, como também não permitindo a utilização dessas estruturas e de seu aparato analítico para um estudo da evolução histórico-concreta dos mercados nos países capitalistas (LABINI, 1984, p.09).

Segundo o autor, o conjunto de forças descentralizadas atuantes no mercado influenciam o processo decisório privado dos agentes econômicos de forma independentes por meio da utilização de mecanismos de ajustamentos como a mobilidade dos fatores produtivos e flutuações de preços.

Em sua abordagem sobre o modelo de oligopólio¹ Labini (1984) concentra sua crítica em dois mecanismos básicos na configuração dessa estrutura de mercado sob enfoque tradicional: primeiro a continuação e a rápida difusão do conhecimento das transformações técnicas - o qual permite que as firmas inovadoras não consigam manter diferenciais de custos por um período prolongado- e, o segundo aspecto o fato de existir um mecanismo de ajuste ao nível da indústria decorrente da possibilidade de constante entrada de novas empresas.

Em relação a definição do nível de preços o autor os considera decorrente do tipo de política de expansão da firma dentro da indústria, podendo o preço ser definido de acordo com três tipos de posturas adotadas pela firma:

- a) Preço mínimo: que garante à empresa um retorno mínimo sobre o seu capital;
- b) Preço de exclusão: preço que impede a entrada de novas empresas, pois assegura a estas empresas a taxa de lucro mínimo;
- c) Preço de eliminação: preço a nível inferior ao custo variável do concorrente.

Através da definição dos tipos de preços percebe-se que a política de preços da firma é subjacente não somente a sua conduta de expansão, mas também a necessidade de suprimento dos custos diferenciais advindo da introdução de tecnologias mais eficientes em contraposição às habilidades do empresário que as dirige. Sendo assim, as descontinuidades tecnológicas relacionadas à presença de custos diferenciados determinando estratégia de preços como barreiras à entrada, representariam as principais características do sistema de definição de preços (LABINI, 1984).

Levando-se em consideração tais aspectos verifica-se a partir da teoria de oligopólio de Labini que as decisões de um dado grupo de empresas concentraria suas decisões não

¹ Labini (1984) trabalha essencialmente com um oligopólio puro, isto é, um produto relativamente homogêneo e poucos produtores com custos diferenciais provenientes de diferenças tecnológicas, mas também faz observações pertinentes sobre os oligopólios com produtos diferenciados.

somente levando em consideração as condições de entrada mas também, o potencial inovativo e as discontinuidades tecnológicas capazes de contribuir para a diversificação setorial e beneficiar a superação das limitações no mercado original e suas influências sobre a acumulação das firmas.

A percepção de que a maioria dos mercados é oligopolizada e de que, nesses mercados, as grandes firmas exercem a sua liderança, influenciando os elementos fundamentais das estratégias das outras firmas: preços, ritmo de inovações, investimentos etc., fez com que se possa pensar sobre a relação macro-micro através de um subsistema composto pelas grandes empresas dominantes, cujas estratégias de crescimento afetam diretamente, por meio da parcela de produção pelas quais são responsáveis e, indiretamente, mediante a liderança nos respectivos mercados e vinculações com os outros mercados, no comportamento agregado do sistema econômico.

Sob este enfoque, o modelo considera o funcionamento da economia sendo balizado pelo processo de interação dos consumidores e firmas via mercado, em que a interação de cada um dos agentes com objetivos independentes de maximização do bem-estar e dos lucros, conduziria à condição de equilíbrio estável, sem a intervenção governamental.

Neste ambiente, ausente de assimetrias comportamentais e discrepâncias de informações entre consumidores e produtores, a consequência é um equilíbrio estável do mercado, derivado da livre mobilidade empresarial e dos fatores produtivos, que por sua vez, são resultado da disponibilidade de capital, recursos naturais, trabalho e tecnologia.

Entretanto, o sistema competitivo pode apresentar uma eficiência econômica abaixo do nível de satisfação dos consumidores e da maximização dos lucros, para que isto ocorra é necessário um desvio de conduta do mercado e/ou dos agentes econômicos, caracterizado por uma sinalização ineficaz do sistema de preços aos agentes econômicos, fato preponderante ao processo de alocação de recursos. Contextualizado este ambiente, os mercados funcionam de forma imperfeita e a alocação de recursos é ineficiente.

Denominam-se “falhas de mercado” estas imperfeições apresentadas pelo modelo, isto posto, a intervenção governamental aparece como uma metodologia plausível, sob a perspectiva de uma economia competitiva, com o propósito de restaurar e aprimorar o funcionamento dos mecanismos de mercado.

Sendo assim, o principal propósito da intervenção estatal, estaria relacionado ao fato de que os mecanismos utilizados para o ajuste são incapazes de equalizar os custos e benefícios sociais e privados nos vários mercados, inclusive através da criação de discontinuidades tecnológicas as quais refletiriam sobre as variações de preços em relação ao comportamento da dinâmica empresarial.

Não, em princípio não se pode fazer; o aspecto característico do processo de concentração está exatamente aí porque ele cria discontinuidades tecnológicas não desprezíveis. Somente as maiores empresas podem aplicar certos métodos - não somente métodos técnicos, mas também métodos de organização -, somente elas podem obter certas economias de escala. E, por outro lado, das empresas menores para as maiores, não se passa gradativamente, existindo saltos que se tornam tanto maiores quanto mais se acelera a concentração. (LABINI, 1984, p.53).

De qualquer modo, a principal preocupação no oligopólio por parte das empresas

maiores que controlam o preço encontra-se relacionado à exclusão de novas empresas bem como à manutenção de sua capacidade em determinar preços de forma a limitar a expansão de outras empresas já operantes no setor. Através dessa abordagem, fica claro que é a reação dos concorrentes - efetivos ou potenciais- mais do que a dos consumidores, que determina o comportamento dos empresários.

Além disso, o comportamento empresarial encontra-se relacionado não somente ao tipo de estrutura de mercado ao qual encontra-se inserido, mas também às suas variações. Sendo assim, a busca por lucros em um ambiente oligopolizado seria determinado não somente pelas características estruturais mas também pela forma e direção de como são determinadas as decisões dos agentes.

No que se refere às mudanças tecnológicas, deve-se levar em consideração a redução dos custos decorrentes das mesmas através da redução dos coeficientes de produção atrelados à construção de novas unidades produtivas ou de novos equipamentos: “Normalmente, as mudanças nos coeficientes dos fatores variáveis dependem das mudanças no chamado capital fixo” (LABINI, 1984, p. 75).

Se a nova unidade produtiva ou o novo equipamento é acessível a todas as empresas, independentemente de suas dimensões, então, em um período não longo, a redução dos custos se torna geral e o preço de equilíbrio deverá diminuir. Mas se a nova unidade produtora é acessível somente às empresas maiores não se obtém esse resultado: o preço fica invariável e a redução dos custos fica circunscrita a essas empresas, as quais obterão um lucro inclusive maior do que antes, pelo menos por determinado período.

Isso porque, embora a patente permita assegurar o monopólio de determinado método de produção, dificilmente irá assegurar o monopólio da produção tendo em vista o fato de que outras empresas irão procurar adotar métodos semelhantes ou através de imitações.

Mais precisamente: a receita extraordinária derivada da "qualidade" específica de um produto deixa de existir, em consequência das reações dos concorrentes, que, por sua vez, introduzirão a nova "qualidade" nos seus produtos; mas o fluxo total das receitas extraordinárias desse tipo pode perpetuar-se (mesmo que com oscilações), se as empresas introduzirem sempre novas qualidades nos produtos (LABINI, 1984, p. 75).

Portanto, o progresso técnico, mais que na criação de novos bens e na redução dos coeficientes para cada unidade de dado produto, dá lugar à melhoria de qualidade na unidade produzida mesmo com coeficientes invariáveis. Essa melhoria na qualidade embora sendo problemática para o caso de bens de consumo – haja vista o fato de serem julgados subjetivamente pelos consumidores – não o é no caso do setor de bens de investimento levando-se em consideração sua importância sobre o aumento da eficiência produtiva de cada unidade.

Finalmente, em relação às variações dos preços dos fatores produtivos, as condições de equilíbrio são afetadas devido ao fato de que nesse caso, as variações de custos ocorrem diretamente sobre todas as empresas do setor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno das oportunidades de acumulação de capital traz à tona a discussão sobre como se configuram as instituições em determinada estrutura de mercado. Sobre a ótica regulacionista, as formas institucionais asseguram o aparecimento de formas sociais compatíveis ao modo de produção dominante.

Desse modo, se uma empresa pretende tornar-se competitiva no cenário globalizado é importante que a mesma apresente instrumentos capazes de consolidar sua presença no sistema através da geração de excedentes. Nesse contexto, torna-se recomendável a tomada de decisões pautadas pela definição de estratégias tendo em vista suas especificidades no que se refere ao tempo e do lugar, assim como, de sua evolução histórica de forma a identificar as peculiaridades que sustentam determinado tipo de conduta.

Por outro lado, ao se levar em consideração o aspecto inovador como instrumento de obtenção de vantagens em estruturas de oligopólio cabe ressaltar o papel desempenhado pelas ações em conjunto do grupo no que se refere a questões relacionadas à extensão absoluta do mercado e sua capacidade de absorção, ao grau tecnológico das inovações e o tempo de amadurecimento das mesmas, e comportamento dos preços dos fatores produtivos em termos de mercado.

REFERÊNCIAS

- ARBIX, G. e MENDONÇA, M. Inovação e competitividade: uma agenda para o futuro. In: CASTRO, A.C. et al.(org). *Brasil em desenvolvimento: economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ARIENTI, W. L. Teorias da regulação capitalista, objeto e método: além do economicismo, estruturalismo e funcionalismo. *Textos de Economia*, Florianópolis, v.9, n.1, jan./jun.2006.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista. *Teses FEE*, n.1, Porto Alegre, 2002.
- DOSI, Giovanni. *Institutions and markets in a dynamic world*. The Manchester School, v. 56, n.2, june, 1982.
- FARIA, L.A.E. *Centro, periferia e dependência: a crise do fordismo lá e cá*. *Ensaio FEE*: Porto Alegre, v.18, n.2, 1997.
- _____. *A economia política, seu método e a teoria da regulação*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 13, n.1, 1992.
- LABINI, P. S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1984.
- LUNDVALL, B.A.; et al. National systems of production, innovation and competence building. *Research Policy*, vol.31, 213-231, 1992.
- MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1987.



NELSON, R.; NELSON, K. Technology, institutions, and innovation systems. *Research Policy*, 2002.